

Prisão preventiva

Defesa de Bernal nega tiro pelas costas e afirma que imagens vão comprovar autodefesa

Testemunha ocular diz que ex-prefeito atirou em Mazzini sem dar chance de resposta

Suelen Moraes e Maria Gabriela Arcanjo

A Justiça converteu em preventiva a prisão em flagrante do ex-prefeito de Campo Grande, Alcides Bernal, durante audiência de custódia realizada ontem (25), após o homicídio de um servidor público estadual dentro de sua residência, na região central da Capital. A defesa afirma que vai recorrer da decisão e sustenta que Bernal agiu em legítima defesa.

O advogado Oswaldo Meza considerou a decisão “estranha” e disse que o juiz teria avançado no mérito do caso sem que todas as provas estivessem disponíveis. “Apesar de constar nos autos a legítima defesa, o juiz converteu em preventiva. Ainda não tem as imagens. Essas câmeras de segurança vão comprovar a tese da legítima defesa”, afirmou.

Segundo ele, a defesa deve ingressar com habeas corpus e pedido de revogação da prisão, além de solicitar, ao menos, a substituição por prisão domiciliar, alegando questões de saúde. “Ele tem quatro stents no coração, é cardiopata, faz uso contínuo de medicamentos”, disse.

Advogado nega tiro pelas costas

Um dos principais pontos contestados pela defesa é a versão de que a vítima teria sido atingida pelas costas. Meza nega. “Não houve tiro nas costas. Ele atirou na linha da cintura. Um dos disparos transpassou e saiu nas costas. Foram dois tiros, não três”, explicou.

De acordo com o advogado, Bernal utilizou um revólver calibre .38 e teria reagido após ser surpreendido dentro de casa. “Ele não atirou para matar. Foi um reflexo”, afirmou.

Versão da defesa: invasão e reação

A defesa sustenta que o ex-prefeito foi surpreendido por três pessoas dentro da residência. “Ele relatou que foram três indivíduos que invadiram o local. Um partiu para cima e ele efetuou dois disparos”, disse Meza.

Ainda segundo o advogado, não havia decisão judicial que



Fotos: Nilson Figueiredo e Roberta



Advogado confirma que celulares e imagens de câmeras serão periciados no caso

autorizasse a entrada no imóvel, apesar de ele ter ido a leilão. “Não havia mandado de imissão na posse, nem oficial de Justiça. Ele ainda estava na posse da casa, com residência e escritório no local”, afirmou.

A defesa também questiona a identificação da vítima no momento da ocorrência. “Foi dito que era um chaveiro, mas se trata de um servidor público aposentado. Tudo isso ainda precisa ser esclarecido”.

Chaveiro contesta versão

Na delegacia, o chaveiro, testemunha ocular do caso, relatou que foi acionado por seu filho para realizar a abertura de um imóvel na Rua Antônio Maria Coelho, adquirido em leilão por Roberto Carlos Mazzini. Ao chegar ao local e abrir o portão social, foi surpreendido, junto com o contratante, pela chegada de Bernal. Portando uma arma de fogo, o agressor teria invadido a varanda proferindo ofensas e, sem permitir qualquer explicação ou resistência por parte das vítimas, efetuou um disparo à queima-roupa contra Roberto, que caiu imediatamente ao solo, aparentemente já sem vida.

Após o disparo, o autor rendeu o chaveiro, ordenando que ele se deitasse de bruços sob ameaças. Ele reiterou que o ataque foi premeditado e que não houve qualquer discussão prévia.

Imagens são consideradas peça-chave

As imagens de câmeras de segurança são apontadas como fundamentais para o esclarecimento do caso. Segundo Meza, o material já foi requisitado pela polícia e deverá integrar o processo.

“A polícia está com as imagens e também com celulares apreendidos. Isso tudo será analisado e depois teremos acesso para utilizar na defesa”, disse.

Após a audiência, Bernal foi encaminhado para o presídio militar, onde deve permanecer em sala de Estado Maior, por ser advogado. O defensor afirmou que o ex-prefeito está bem e desmentiu informações de que ele teria passado mal. “Ele tomou os medicamentos normalmente. Quem passou mal foi outro custodiado”, esclareceu.

Sobre o estado emocional, o advogado afirmou que Bernal está abalado. “Ele está consternado com o óbito, muito triste. Se arrepende do que aconteceu, mas diz que foi uma fatalidade”, disse.

Defesa aposta em liberdade

Para a defesa, não há motivos para manutenção da prisão. “Ele é réu primário, tem residência fixa, é advogado. Todos os requisitos estão presentes para que responda em liberdade”, afirmou Meza. “A gente acredita que, se não a liberdade plena, ao menos uma prisão domiciliar por conta da saúde”, concluiu.



Entrada em imóvel sem respaldo judicial pode gerar conflitos, dizem advogados

Ao jornal *O Estado*, o advogado especialista em direito imobiliário José Guilherme Rosa explica que esses imóveis são ofertados através das chamadas “leiloeiras”, empresas especializadas na venda de bens em litígio (disputa judicial ou administrativa). Segundo José, o período de posse do imóvel pelo arrematante é algo imprevisível.

No caso do servidor público estadual, o especialista alega que “à princípio, a forma foi errada, pois, de imediato, teve uma resistência do ‘antigo proprietário’. Nesse momento o correto, seria parar os atos de retomada”.

A também advogada especialista em Direito Imobiliário e Patrimonial, Amanda de Moraes, explica que a etapa entre a compra e a posse necessita de cautela. “A arrematação não garante, por si só, o direito de entrada imediata no bem. O caso [de Bernal] evidencia

que, mesmo quando todos os passos iniciais são seguidos, a ausência de uma etapa judicial pode expor o arrematante a situações de risco”, afirma.

O que fazer?

A advogada garante que há um passo a passo: após a arrematação, o próximo passo é a emissão de uma notificação extrajudicial do atual ocupante — documento que foi encontrado no carro de Roberto após o crime. Caso não haja a saída do notificado, o comprador deve agilizar uma ação de imissão na posse e apresentar a carta de arrematação e o registro do imóvel. Nesse momento, o arrematante tem o direito de solicitar uma tutela de urgência para um mandado judicial com prazo para desocupação.

Se mesmo assim não for acatada, a retirada é feita por um oficial de justiça, podendo contar com apoio policial.

BR-163

Motiva apresenta balanço na ALEMS e deputados avaliam avanços

Ana Clara Julião

Em reunião na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, na tarde de ontem (25), a Motiva Pantanal apresentou a prestação de contas aos deputados da Comissão Temporária de Representação para Acompanhamento da Concessão da BR-163/MS - Rota Pantanal, detalhando aos deputados presentes como os trabalhos estão sendo desenvolvidos em cada trecho da rodovia.

De acordo com os dados, até o momento já foram executados ou estão em andamento 18,08 quilômetros de ampliação, entre duplicações, faixas adicionais e vias marginais. Até agosto de 2026, a previsão é alcançar R\$ 1 bilhão de investimentos.

Para 2026, a previsão é de

acelerar ainda mais o ritmo, com novas frentes que totalizam 31,10 quilômetros de melhorias.

Apesar de os avanços e das obras serem considerados adiantados, os parlamentares apontaram que ainda existem pontos críticos que precisam de atenção e intervenção da concessionária com urgência.

Um dos pontos citados foram os investimentos nas obras da região sul de MS, incluindo trechos entre Caarapó-Juti, Naviraí-Itaquiraí e o trevo de Japorá.

Outro alerta foi em relação ao risco de acidentes em São Gabriel do Oeste, onde trabalhadores dos frigoríficos arriscam a vida entre o fluxo intenso de carretas e ônibus. Jr. Mochi foi um dos parlamentares que cobraram intervenção urgente no trecho.

Ao jornal *O Estado*, Ro-

berto Hashioka, parlamentar que também acompanhou a reunião, disse que os números vistos mostram um ritmo acelerado de trabalho, mas, a seu ver, a extensão de melhoria da rodovia pode ser aumentada à medida que a empresa fatura com os pedágios.

“O andamento dos trabalhos está positivo dentro do previsto, mas manifestei a necessidade de alteração futura da extensão a ser duplicada. A previsão é de 204 km de duplicação. Tendo em vista o aumento de faturamento com os pedágios, é interessante estabelecer mais quilômetros para essa melhoria”, disse.

Após ser relicitada, hoje a rodovia conta com 17 pontos de obras em andamento, sendo que as duplicações estão em estágio avançado em Campo Grande, Jaraguari e São Gabriel do Oeste. Também estão quase concluídas as faixas adicionais em Mundo Novo e Itaquiraí.

Além das duplicações, a concessionária avança com outras implantações de faixas adicionais, vias marginais, retornos, acessos, acostamentos, passagens de fauna e a construção de um PPD (Porto de Parada e Descanso).



Wagner Guimarães/ALEMS

Parlamentares cobram prioridade para execução de obras em trechos críticos

Os pontos de trabalho ainda passam por Bandeirantes, Rio Verde de Mato Grosso e Coxim.

De acordo com o diretor-presidente da Motiva, Nelson Soares Neto, a prestação de contas na Assembleia é o cumprimento de um dever, além de reforçar a intenção de entregar uma rodovia mais segura, moderna e eficiente para quem depende dela.

“Vimos à Assembleia Legislativa para cumprir nosso compromisso com a transparência. Apresentamos números, investimentos e o avanço real das obras, muitos deles acima do previsto. A BR-163/MS é estratégia para Mato Grosso do Sul, e nosso foco é entregar uma rodovia mais se-

gura, moderna e eficiente, com diálogo permanente com os deputados e com a sociedade sul-mato-grossense”, pontuou.

Outros números

A prestação de contas também contemplou os números de operações. Em 2025, foram registradas cerca de 90 mil ocorrências, com mais de 47 mil atendimentos a usuários.

Em relação aos impactos socioeconômicos, a Motiva afirmou que recolheu mais de R\$ 34,6 milhões em ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) e gerou aproximadamente 3,8 mil empregos diretos, terceirizados e indiretos.

MS Cidadão leva serviços básicos ao Noroeste

No próximo sábado (28), o Governo de Mato Grosso do Sul, em parceria com a UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) na Comunidade, realiza a segunda edição do MS Cidadão, com o objetivo de ampliar o acesso gratuito da população aos serviços públicos essenciais em áreas como saúde, assistência social e habitação. O serviço ocorrerá no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) Hércules Mandetta, no bairro Jardim Noroeste, em Campo Grande.

Penitenciária masculina promove ações educativas

Durante o mês de março, a Penitenciária Estadual de Regime Fechado da Gameleira I, na Capital, promoveu uma série de ações educativas com foco na responsabilidade masculina no enfrentamento à violência de gênero. A iniciativa contou com palestras e debates baseados em filmes. Mais de 80 detentos participaram das atividades e, segundo a organização, discursos machistas ainda predominaram durante as dinâmicas.

Corumbá recebe operação para evitar furto de água

Forças policiais e Sanesul (Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul) realizaram uma operação conjunta a fim de coibir e reprimir furto de água em Corumbá, assim como apurar irregularidades no fornecimento do serviço no Conjunto Jatobazinho. Entre as 200 ligações de água nos apartamentos, 96 eram irregulares. Os responsáveis foram identificados e podem pegar pena de até oito anos de reclusão e multa.

Carro de mulher morta no Inferninho é encontrado

Uma mulher foi encontrada morta na manhã de terça-feira (24) na região da Cachoeira do Inferninho. Giovana Castura Werner tinha 51 anos. Ela foi morta com um tiro na testa. Um dia depois, na quarta-feira, a polícia encontrou o carro da vítima abandonado em um matagal no Jardim Colúmbia, em Campo Grande. No veículo, havia indícios de sangue e uma pá. A investigação segue conduzida pela DHPP (Delegacia Especializada de Homicídios e Proteção à Pessoa).

Av. Ernesto Geisel terá investimento de R\$ 5,4 milhões

A Prefeitura autorizou, na manhã desta quarta-feira (25), a abertura de licitação para o recapeamento da Avenida Ernesto Geisel, com investimento superior a R\$ 5,4 milhões. As obras vão abranger trechos em ambas as margens do córrego, entre a Rua do Aquário e vias como Avenida Manoel da Costa Lima, Rua Pirituba e Avenida Vereador Thyron de Almeida. O projeto inclui melhorias em acessibilidade, drenagem e infraestrutura. Segundo Adriane Lopes, a intervenção deve impactar positivamente a região.